

NO 3º TRIMESTRE 2008, O DESEMPREGO ATINGIU 569.000 PORTUGUESES, OS DESEMPREGADOS COM O ENSINO SUPERIOR AUMENTARAM EM 44%, E MENOS DE METADE DOS DESEMPREGADOS RECEBEM SUBSIDIO DE DESEMPREGO

RESUMO DESTE ESTUDO

O aumento do desemprego e da precariedade no nosso País, associado à redução do apoio aos desempregados, está também a contribuir fortemente para o aumento da miséria em Portugal.

O governo tem afirmado que já foram criados 100 mil postos de trabalho, mas a análise dos dados do INE revela que esse número resulta de uma manipulação feita pelo governo, pois compara trimestres não homólogos, portanto não comparáveis sob o ponto de vista técnico devido à sazonalidade do emprego. Se a comparação for feita entre trimestres homólogos, por ex., entre o 3º trimestre de 2005 e o 3º trimestre de 2008, o crescimento do emprego líquido é já apenas de 65,8 mil. Entre o 2º Trimestre de 2008 e o 3º Trimestre de 2008, verificou-se uma destruição líquida de emprego, pois o emprego neste período diminuiu em 32,3 mil. A continuar esta destruição líquida de emprego nos trimestres seguintes, e nada garante que isso não possa acontecer com a recessão económica, no fim de 2009 a população empregada poderá ser mesmo inferior à do no início de 2005.

De acordo com o INE, no 3º Trimestre de 2008 o desemprego oficial atingiu 433,2 mil mas o desemprego efectivo ou corrigido, que inclui os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível”, cujos dados são também divulgados pelo INE, atingiu já 569,1 mi portugueses. Como consequência, a taxa de desemprego oficial de 7,7% sobe para 10,1%, que é a taxa de desemprego efectiva ou corrigida. Para 2009, tomando como base a previsão da OCDE de Novembro de 2008, o desemprego e a taxa oficial de desemprego devem atingir 477,5 mil e 8,5% respectivamente, mas o desemprego efectivo e a taxa de desemprego efectiva devem alcançar, respectivamente, 617,5 mil e 11%. E entre o desemprego, o que tem crescido mais em Portugal é o de escolaridade mais elevada, o que revela que a economia portuguesa está a criar fundamentalmente empregos de baixa escolaridade. Entre o 2º Trimestre de 2005 e o 2º Trimestre de 2008, o desemprego oficial aumentou 2,6%, e o desemprego com nível de escolaridade até ao ensino básico ou menos diminuiu -4%, mas o desemprego com ensino secundário cresceu em 10,7%, e o desemprego com ensino superior aumentou em 53,1%. Entre o 2º Trimestre de 2008 e o 3º Trimestre de 2008, o desemprego oficial cresceu 5,6%, mas o desemprego de trabalhadores com o ensino superior aumentou em 44,3%.

Apesar do desemprego ter aumentado, o apoio aos desempregados tem diminuído em Portugal. O valor orçamentado em 2008 para pagar subsídios de desemprego é inferior ao valor de 2007 em quase 200 milhões €, e daquele total apenas 85% será gasto. E para 2009, apesar de se prever um aumento do desemprego, o orçamentado para pagar subsídios de desemprego é inferior ao valor de 2008 em mais de 200 milhões de euros. Entre 2006 e 2008, o número de desempregados a receber subsídio diminuiu em 50.000. E isto porque o Decreto Lei 220/2006 publicado por Sócrates, reduziu o tempo a que o desempregado tem direito de receber o subsídio de desemprego (artº 37), por um lado, e, por outro lado, retirou aos desempregados, que tenham tido sucessivos empregos de curta duração, o direito a receber subsídio de desemprego quando estão desempregados (artº 23, nº2). O governo de Sócrates promove o trabalho precário de curta duração e, depois, utiliza esse facto para retirar o direito a esses trabalhadores a receber o subsídio de desemprego quando estão desempregados.

Em Portugal, o emprego precário cresceu muito nos 4 anos de governo de Sócrates. Entre o 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, o emprego aumentou 1,9% (+96,6 mil), mas o número de trabalhadores contratados a prazo cresceu 27,2% (+153,4 mil). Se a comparação for feita entre o 3º Trimestre de 2005 e o 3º Trimestre de 2008, o crescimento do emprego é de 1,2% (+65,8 mil), enquanto o aumento dos trabalhadores contratados a prazo é de 23,1% (+137 mil). Se consideramos como precários os trabalhadores contratados a prazo, mais os que estão inscritos na rubrica “outros”, mais os “trabalhadores por conta própria como isolados”, muitos deles a recibo verde, obtém-se, para 1º Trimestre de 2005, 1.662 mil; para o 1º Trimestre de 2008, 1.811,8 mil; e para o 3º Trimestre de 2008, 1.818, 3 mil. Em percentagem da população empregada, os precários tem tido um crescimento rápido nos 4 anos de governo de Sócrates : 31,8% no 1º Trimestre de 2005; 34,9% no 1º Trimestre de 2008; e 35% da população empregada no 3º Trimestre de 2008. Em resumo, o pouco emprego que se criou foi fundamentalmente emprego precário que poderá continuar a aumentar com as alterações que o governo aprovou para o Código do Trabalho.

Uma das promessas de Sócrates na campanha eleitoral foi a criação líquida de 150.000 empregos. Mas essa promessa também não será cumprida. É o que se conclui analisando a forma como o emprego, o desemprego, o apoio aos desempregados evoluiu em Portugal no período 2005-2009, utilizando os dados oficiais do INE até 2008 e , para 2009, a previsão da OCDE de Novembro 2008

TAXA EFECTIVA DE DESEMPREGO ATINGE JÁ 10,1%, EMBORA A TAXA OFICIAL SEJA 7,7%

O quadro seguinte, construído com dados oficiais do INE, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e com as previsões da OCDE, mostra de uma forma quantificada como o emprego, o desemprego, e o apoio aos desempregados evoluiu em Portugal no período 2005-2009

QUADRO I – Variação emprego, desemprego e apoio aos desempregados entre 2005 e 2009

DATA	Popula- ção Activa Mil (1)	Popula- ção Emprega- da Mil (2)	Desem- prego Oficial Mil (3)	Inactivos Dispo- niveis Mil (4)	Subem- prego visível Mil (5)	Desem- prego Efectivo Mil (6)=(3)+ (4)+(5)	Taxa Desem- prego Oficial 7=(3) : (1)	Taxa Desem- prego Efectiva 8=(6) : (1)	Desem- pregados a receber subsídio Mil (9)	% Des. Rec.Sub /De- sempre- go Of. 10=(9): (3)	% Des. Rec. Sub/ Des, Efect. 11=(9) : (6)
1T2005	5.507,0	5.094,4	412,6	74,9	61,4	548,9	7,5%	10,0%	317,5	76,9%	57,8
2T2005	5.531,3	5.132,0	399,3	75,9	64,4	539,6	7,2%	9,8%	310,3	77,1	57,5
3T2005	5.559,9	5.130,0	429,9	78,6	58,1	566,6	7,7%	10,2%	301,5	70,1%	53,2
4T2005	5.581,1	5.133,8	447,3	72,5	59,6	579,4	8,0%	10,4%			
1T2006	5.556,6	5.126,9	429,7	79,9	65,1	574,7	7,7%	10,3%	316,0	73,5%	55,0%
2T2006	5.586,4	5.180,8	405,6	83,8	62,8	552,2	7,3%	9,9%	292,5	72,1%	53,0%
3T2006	5.604,7	5.187,3	417,4	90,2	64,3	571,9	7,4%	10,2%	290,5	69,6%	50,8%
4T2006	5.601,4	5.142,8	458,6	86,9	68,5	614,0	8,2%	11,0%	290,2	63,3%	47,3%
1T2007	5.605,6	5.135,7	469,9	75,3	66,1	611,3	8,4%	10,9%	291,2	62,0%	47,6%
2T2007	5.595,2	5.154,6	440,5	80,3	68,1	588,9	7,9%	10,5%	263,6	59,8%	44,8%
3T2007	5.644,7	5.200,3	444,4	77,4	63,7	585,5	7,9%	10,4%	262,8	59,1%	44,9%
4T2007	5.627,7	5.188,2	439,5	66,4	68,5	574,4	7,8%	10,2%	249,7	58,8%	43,5
1T2008	5.618,0	5.191,0	427,0	70,4	75,5	572,9	7,6%	10,2%	251,4	58,9	43,9
2T2008	5.638,0	5.228,1	409,9	64,7	72,1	546,7	7,3%	9,7%	242,6	59,2	44,4
3T2008	5.629,5	5.195,8	433,7	71,9	63,5	569,1	7,7%	10,1%	254,6	58,7	44,7
2008-2006	45,9	39,9	5,9	-15,6	6,3	-3,3			-60,1		
3T08-3T05	69,6	65,8	3,8	-6,7	5,4	2,5			-46,9		
3T08-2T08	-8,5	-32,3	23,8	7,2	-8,6	22,4			12,0		
2009(P)	5.620,0	5.142,3	477,7	65,0	73,0	615,7	8,5%	11,0%			

FONTE: (1 a 8): Estatísticas do Emprego - 2005-2008, INE; Estatísticas da Segurança Social - Janeiro 2005 a Dez.2007; (9): Boletim Estatístico Setembro 2008-IEFP2009- Previsão com base na taxa de desemprego prevista pela OCDE para 2009

Um dos aspectos mais utilizados na propaganda governamental é a criação líquida de cem mil empregos que, segundo o governo, já se teria registado no período de governo de Sócrates. A análise dos dados do INE constantes do quadro mostra que esse número resulta de uma manipulação feita pelo governo, que compara trimestres não homólogos. Efectivamente, se se comparar o 3º trimestre de 2005 com o 3º trimestre de 2008, portanto dois trimestres homólogos e, por isso, a comparação é tecnicamente mais correcta, pois reduz o efeito da sazonalidade, o crescimento do emprego líquido é já apenas de 65,8 mil. Por outro lado, e como mostram também os dados do quadro, entre o 2º Trimestre de 2008 e o 3º Trimestre de 2008, verifica-se uma destruição líquida de emprego, pois o emprego neste período diminuiu em 32,3 mil. A continuar esta destruição nos trimestres seguintes, o emprego em 2009 poderá ser mesmo inferior ao emprego em 2005.

No 3º Trimestre de 2008 o desemprego oficial atingiu 433,2 mil mas o desemprego efectivo ou corrigido, que inclui os “inactivos disponíveis” (desempregados efectivos que por não terem procurado emprego no período em que foi feito o inquérito não foram incluídos no número oficial de desemprego) e o “subemprego visível” (desempregados que fazem pequenos biscates para sobreviver, mas que por esse facto também não são considerados no número oficial de desemprego); repetindo, se adicionarmos ao desemprego oficial os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível” já se obtém 569,1 mil que é o número efectivo de desempregados; e a taxa desemprego oficial de 7,7% aumenta para 10,1%, que é a taxa de desemprego efectiva ou corrigida.

Para 2009, tomando como base a previsão da OCDE de Novembro de 2008, o desemprego e a taxa oficial de desemprego devem atingir 477,5 mil e 8,5% respectivamente; enquanto o desemprego e taxa de desemprego efectiva devem alcançar, respectivamente, 617,5 mil e 11%. Uma situação grave sob o ponto de vista social e mesmo económico, pois é riqueza que podia ser criada e pelo facto dos trabalhadores estarem no desemprego não é criada.

É URGENTE ALTERAR A LEI DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO DO GOVERNO SÓCRATES

Como revelam os dados do Quadro I (coluna 9), enquanto o desemprego aumenta, o número de desempregados a receber subsídio de desemprego tem diminuído. Entre Março de 2005 e Setembro de 2008, o número de desempregados a receber subsídio de desemprego baixou de 317,5 mil para apenas 254,6 mil (-59,9 mil), o que significa que a taxa de cobertura do subsídio de desemprego desceu de 76,9% para 58,7% (-18,2 p.p.) em relação ao desemprego oficial, e de 57,8% para 44,7% (-13,1 p.p.) tomando como base o desemprego efectivo. Esta redução da taxa de cobertura do subsídio de desemprego é uma consequência da aprovação, pelo governo de Sócrates, do Decreto-Lei

220/2006. Existem, pelo menos, duas disposições nesta lei, que não existiam na lei anterior, que estão a determinar esta situação e que, por isso, devem ser rapidamente alteradas. A primeira, é a que consta no nº 2 do artº 23 que dispõe que um trabalhador, no caso de ter sucessivos empregos com duração, cada um deles, inferior a “450 dias de trabalho com o correspondente registo de remunerações num período de 24 meses anteriores à data de desemprego”, nunca tem direito ao subsídio de desemprego, mesmo que tenha descontado, nos vários empregos, para a Segurança Social muitos mais dias do que o prazo de garantia (450 dias). A segunda disposição (o artº 37º) reduziu, para milhares de desempregados, entre três e seis meses o período de tempo a que têm direito a receber subsídio de desemprego, porque faz depender a duração do subsídio não só à idade do desempregado (o que existia na lei anterior), mas também do período de descontos para a Segurança Social a contar desde o último período de desemprego em que recebeu subsídio (que não existia na lei anterior).

O DESEMPREGO DE TRABALHADORES COM ENSINO SUPERIOR AUMENTOU 44% NO 3ºT-2008

Durante o governo de Sócrates, o desemprego tem aumentado mais nos grupos populacionais com níveis de escolaridade mais elevada, como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO II – Variação do desemprego por níveis de escolaridade no período 2005-2008

NÍVEIS ESCOLARIDADE	DESEMPREGO OFICIAL – Mil				VARIÇÃO EM %	
	2T2005	3T2005	2T2008	3T2008	2T2008/2T05	3T2008/2T08
Ensino básico e menos	308,6	305,8	296,2	298,0	-4,0%	0,6%
Ensino Secundário	59,6	64,5	66,0	66,2	10,7%	0,3%
Ensino superior	31,1	59,6	47,6	68,7	53,1%	44,3%
SOMA	399,3	429,9	409,8	432,9	2,6%	5,6%

FONTE - Estatísticas do Emprego : 1ºTrimestre de 2006 e 3ºTrimestre 2008- INE

Entre o 2º Trimestre de 2005 e o 2º Trimestre de 2008, o desemprego oficial aumentou 2,6%, o desemprego com nível de escolaridade até ao ensino básico ou menos diminuiu -4%, mas o desemprego com ensino secundário cresceu em 10,7%, e o desemprego com ensino superior aumentou em 53,1%. No 3º Trimestre de 2008, relativamente ao trimestre anterior, o desemprego oficial cresceu 5,6%, mas o desemprego de ensino superior aumentou em 44,3%. Esta evolução verificada no período 2005-2008 revela que o emprego criado pela economia portuguesa é fundamentalmente o da baixa escolaridade, pois o desemprego de escolaridade mais elevada tem aumentado fortemente enquanto o de baixa escolaridade tem descido, o que põe em causa uma das “verdades” da propaganda oficial sobre a alteração do perfil produtivo.

O GOVERNO PRETENDE REDUZIR O APOIO AOS DESEMPREGADOS EM 200 MILHÕES DE EUROS EM 2009 APESAR DE SE PREVER QUE O DESEMPREGO AUMENTE

Apesar de todas as previsões apontarem para um aumento significativo do desemprego em Portugal em 2009, o valor orçamentado para pagamento de subsídios de desemprego em 2009 é inferior ao do orçamentado em 2008, como revelam os dados da Segurança Social, constantes do quadro seguinte.

QUADRO III – Despesa orçamentada para subsídios de desemprego e da despesa gasta

SUBSIDIO DESEMPREGO	Orçamento Segurança Social Milhões €	Estimativa execução Milhões €	Varição da despesa prevista no Orçamento da Segurança Social para pagar subsídios	Varição do Executado
2005	1.731,8	1.798,2		
2006	1.886,3	1.827,9	8,9%	1,7%
2007	1.967,3	1.684,8	4,3%	-7,8%
2008	1.779,0	1.523,3	-9,6%	-9,6%
2009	1.578,3		-11,3%	

FONTE: Orçamentos da Segurança Social - 2005-2009

A partir da publicação do Decreto-Lei 220/2006 pelo governo de Sócrates, que alterou a legislação sobre o subsídio de desemprego, tem-se verificado uma redução significativa quer do orçamentado quer do gasto com o subsídio de desemprego. Assim, em relação ao orçamentado, a despesa prevista com subsídio de desemprego para 2008 é inferior à prevista para 2007 em quase 200 milhões de euros. E o efectivamente gasto, é inferior ao previsto e tem diminuído de uma forma contínua. Por ex., o valor do gasto em 2008 corresponde a cerca de 85,6% do orçamentado para este ano.

E para 2009, apesar de se prever um aumento do desemprego, o orçamentado para pagar subsídios de desemprego é inferior ao valor de 2008 em cerca de 200 milhões €, pois baixa de 1.779 milhões de euros em 2008 para 1.578 milhões de euros em 2009. Como consequência, se esta situação não for alterada, com o aumento do desemprego, a miséria entre os desempregados ainda vai aumentar mais.

O EMPREGO CRIADO NO PERÍODO 2005-2008 FOI FUNDAMENTALMENTE PRECÁRIO

O emprego criado no período 2005-2008, por um lado, é emprego volátil pois é facilmente destruído como aconteceu no 3º Trimestre de 2008, e, por outro lado, é fundamentalmente emprego precário como mostra os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO IV – Emprego criado em Portugal no período 2005 -2008

PORTUGAL	VALOR TRIMESTRAL					
	1ºTrim. 2005	3ºTrim. 2005	1ºTrim. 2008	3ºTrim. 2008	DIFERENÇA 1ºT2008 -1ºT05	DIFERENÇA 3ºT2008-3T05
	Mil	Mil	Mil	Mil	Mil	Mil
População empregada	5.094,4	5.130,0	5.191,0	5.195,8	96,6	65,8
A tempo completo	4.508,3	4.561,6	4.563,5	4.578,5	55,2	16,9
A tempo parcial	586,1	568,4	627,5	617,3	41,4	48,9
Trabalhadores por conta de outrem	3.767,5	3.831,3	3.925,4	3.942,0	157,9	110,7
A tempo completo	3.561,0	3.630,0	3.688,1	3.713,0	127,1	83,0
A tempo parcial	206,5	201,3	237,3	229,0	30,8	27,7
Tipo de contrato de trabalho	3.767,5	3.831,4	3.925,3	3.942,0	157,8	110,6
Sem termo	3.047,4	3.067,5	3.024,8	3.041,0	-22,6	-26,5
Com termo (a prazo)	564,7	592,7	718,1	729,7	153,4	137,0
Outros (temporários e outros)	155,4	171,2	182,4	171,3	27,0	0,1
Trabalhadores por conta própria como isolados (Independentes)	901,9	903,7	911,3	917,3	9,4	13,6
PRECÁRIOS (Prazo+Outros+Independentes)	1.622,0	1.667,6	1.811,8	1.818,3	189,8	150,7
% PRECARIOS/EMPREGADOS	31,8%	32,5%	34,9%	35,0%		

FONTE: Estatísticas de Emprego - 1º Trimestre 2006 e 3º Trimestre 2008 – INE

No período 2005 a 2008, o que aumentou mais foram os trabalhadores contratados a prazo. Entre o 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, o emprego aumentou 1,9% (+96,6 mil), mas o número de trabalhadores contratados a termo cresceu 27,2% (+153,4 mil), portanto muito mais. Se a comparação for feita entre o 3º Trimestre de 2005 e o 3º Trimestre de 2008, o crescimento do emprego é de 1,2% (+65,8 mil), enquanto o aumento dos trabalhadores contratados a prazo é de 23,1% (+137 mil).

Se definirmos como precários os trabalhadores contratados a prazo, mais os que estão inscritos na rubrica “outros”, mais os “trabalhadores por conta própria como isolados” (muitos deles “falsos recibos verdes”), obtém-se, para 1º Trimestre de 2005, 1.662 mil; para o 1º Trimestre de 2008, 1.811,8 mil; e para o 3º Trimestre de 2008, 1.818,3 mil. Em percentagem da população empregada, o grupo de trabalhadores precários tem tido um crescimento rápido nos 4 anos de governo de Sócrates : 31,8% no 1º Trimestre de 2005; 34,9% no 1º Trimestre de 2008; e 35% da população empregada no 3º Trimestre de 2008. Em resumo, o pouco emprego que se criou neste período foi fundamentalmente emprego precário.

As alterações ao Código do Trabalho propostas pelo governo de Sócrates e aprovadas em Novembro de 2008 pelo PS na Assembleia da República vão ainda agravar mais esta situação. Para concluir isso, basta recordar o seguinte. De acordo com essas alterações, o período experimental é alargado para 6 meses, o que vai levar à substituição de todos os contratos a prazo até 6 meses pela colocação dos trabalhadores em “período experimental”, o que permite a entidade patronal despedir o trabalhador quando quiser, sem qualquer justificação, e sem ter de pagar qualquer indemnização (actualmente paga o corresponde a 3 dias de remuneração por cada mês de trabalho); são criados os chamados “contratos intermitentes” em que a entidade patronal é obrigada apenas a garantir trabalho ao trabalhador 6 meses por ano; vão ser legalizados os “falsos recibos verdes” através do pagamento de 5% para a Segurança Social pelas entidades patronais; etc.; etc.. E a fiscalização mesmo do Código do Trabalho desta natureza, que é sistematicamente violado pelas entidades patronais, não vai melhorar, pois o número de inspectores de trabalho que existe actualmente é o mesmo que existia quando este governo entrou em funções em 2005 (260 segundo declarações do ministro de Trabalho na Assembleia da República em 17.11.2008), que é metade do que precisa a Inspeção Geral do Trabalho, agora chamada “Alta Autoridade para as Condições do Trabalho, para poder fiscalizar o cumprimento das leis.

Eugénio Rosa

Economista

edr@mail.telepac.pt , 6.12.2008